



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/76
Recredenciamento pelo Decreto nº 17.228 de 25/11/2016



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

XXVI SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UEMS SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - 2022

ADOÇÃO DE MEDIDAS PROFILÁTICAS CONTRA DOENÇAS INFECCIOSAS EM TRABALHADORES DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

**Jenny Caroline Vieira Moura¹; Maria Yaná Guimarães
Silva Freitas²**

1. Bolsista PIBIC/FAPESB, Graduanda em Enfermagem, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: jennycvmoura@gmail.com
2. Orientadora, Departamento de Saúde, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: yana@uefs.br

PALAVRAS-CHAVE: Doenças Transmissíveis; Medidas de Segurança; Pessoal de Saúde.

INTRODUÇÃO

Há grande risco de exposição a certas doenças infecciosas por parte dos trabalhadores que estão na linha de frente do atendimento em saúde, visto que estão mais expostos e há maior propensão em adquiri-las por causa de aspectos biopsicossociais, econômicos e ambientais relacionados ao trabalhador. Desta forma, os programas de prevenção de infecções intervêm, a fim de reduzir a disseminação ao buscar compreender e analisar o modo de transmissão, a gravidade, as estratégias de prevenção e tratamento, além da probabilidade de exposição de outras pessoas a doenças (BRANCH-ELLIMAN et al., 2015). Nessa perspectiva, devido à escassez de literatura e pesquisas acerca das medidas de proteção contra doenças infecciosas adotadas na unidade básica para a promoção à saúde dos trabalhadores, emerge a inquietação em realizar pesquisa sobre o tema. Diante do exposto questiona-se: Quais medidas profiláticas contra doenças infecciosas são adotadas nas unidades básicas para a promoção da proteção dos trabalhadores da saúde? Esse estudo teve como objetivo geral: descrever as medidas profiláticas adotadas na atenção básica para a proteção dos trabalhadores da saúde. E objetivos específicos: discutir as medidas profiláticas contra as doenças infecciosas que são adotadas para a proteção dos trabalhadores da saúde na atenção básica; analisar as facilidades e dificuldades para adoção das medidas de proteção contra doenças infecciosas nos trabalhadores da atenção básica.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de campo de abordagem descritiva e exploratória, com natureza qualitativa. A pesquisa foi realizada no primeiro semestre de 2022. Participaram da pesquisa os 06 (seis) trabalhadores da saúde que atuam em Unidade de Saúde da Família (USF) na zona rural, distrito pertencente ao município de Feira de Santana-Bahia. Como critérios de inclusão utilizou-se: compor o quadro de trabalhadores da USF, desejar participar da pesquisa assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e estar na unidade no dia agendado. Já os

critérios de exclusão foram: trabalhadores que estavam de férias, afastados de suas atividades por licença ou mediante desistência da participação da pesquisa. A coleta de dados foi realizada por meio da técnica de grupo focal e foi orientada por um roteiro de questões. As falas foram gravadas e depois transcritas, e os dados do estudo foram analisados por meio da análise de conteúdo proposta por Minayo (2013). Logo após realizar essas etapas identificou-se os núcleos do sentido e emergiram duas categorias temáticas. No que tange os aspectos éticos, a seguinte pesquisa faz parte de um recorte do projeto intitulado “Vigilância e monitoramento de doenças infecciosas entre trabalhadores e trabalhadoras do setor saúde”, ao qual está regulamentado no Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Feira de Santana (CEP/UEFS), sob parecer nº 2.897.062 (CAAE nº 90204318.2.0000.0053) e segue os princípios bioéticos proveniente das Resoluções nº 466 (BRASIL, 2013) e nº 510 (BRASIL, 2016) do Conselho Nacional de Saúde. À vista disto, para garantir o sigilo e respeitando o anonimato de acordo com os princípios éticos, os participantes foram apresentados através de códigos, ao qual o nome e a identidade do profissional permaneceram no anonimato. Desta forma, combinou-se a letra inicial da palavra trabalhador (T) seguida de um número, como o exemplo apresentado a seguir: TRABALHADOR (T1, T2, e assim sucessivamente).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram da pesquisa 6 (seis) profissionais de saúde, contendo: 2 (duas) enfermeiras, 2 (duas) técnicas em enfermagem, 1 (uma) dentista, 1 (uma) auxiliar de consultório dentário. A idade variou entre 27 e 54 anos com média aproximada de 38 anos; todas referem ser do sexo feminino; estado civil frequente foi solteiro(a); em relação a escolaridade a maioria possuía nível superior completo; o regime de trabalho foi de 40 horas semanais; o tempo de formação variou de 5 a 19 anos de atividade; o tempo de atuação na USF foi de 1 ano a 9 anos; possuem vínculo de trabalho por empresa terceirizada, conforme quadro 1.

Quadro 1. Caracterização dos trabalhadores da unidade de saúde da família

Trabalhador	Idade	Sexo	Estado civil	Cargo	Carga horária	Tempo de formação	Tempo de atuação na USF	Tipo de vínculo
T1	29 anos	F	Solteira	Enfermeira	40 horas	6 anos	1 ano	Terceirizado
T2	39 anos	F	Solteira	Enfermeira	40 horas	12 anos	1 ano	Terceirizado
T3	54 anos	F	Solteira	Auxiliar de Consultório Dentário	40 horas	19 anos	7 anos	Terceirizado
T4	27 anos	F	Solteira	Dentista	40 horas	5 anos	4 anos	Terceirizado
T5	38 anos	F	Solteira	Técnica de Enfermagem	40 horas	12 anos	9 anos	Terceirizado
T6	43 anos	F	Divorciada	Técnica de Enfermagem	40 horas	17 anos	1 ano	Terceirizado

Fonte: Autoria própria, 2022.

Durante a análise, foram desenvolvidas duas categorias temáticas: medidas profiláticas adotadas pelos trabalhadores da saúde da atenção básica contra as doenças infecciosas e facilidades e dificuldades para a adesão das medidas profiláticas pelos trabalhadores da atenção básica. Em relação a primeira categoria, os profissionais da saúde da USF que corresponde a Atenção Primária à Saúde (APS), relataram utilizar como medida profilática o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) e adotam os cuidados necessários para a prática no ambiente de trabalho. No entanto, observa-se que muitos dos trabalhadores de saúde fazem uso de medidas profiláticas apenas quando sabem que o paciente apresenta algum tipo de risco, negligenciando as normas de biossegurança regulamentadas para a sua proteção, porém na APS torna-se mais difícil segui-las já que os diagnósticos clínicos não são tão evidentes, muito se deve a naturalização do perigo, aumentando os riscos de adquirir doenças (RODRIGUES, 2012). As falas de alguns trabalhadores dizem sobre a realização da desinfecção dos equipamentos e/ou materiais conforme protocolo, durante e após cada atendimento prestado aos pacientes. Trazem também sobre a importância da vacinação como forma de prevenção e que ao realizar momentos educativos, possibilita maior conhecimento e aceitação da vacina, a qual a educação em saúde permite que também aprenda a adotar medidas de prevenção além da vacinação. Portanto, é impreterível aplicar a Norma Regulamentadora 32, visto que ela estabelece as diretrizes básicas para a implementação de medidas de proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores que atuam no campo da saúde, além de recomendar a adoção de medidas profiláticas e a capacitação dos profissionais para as práticas seguras (BRASIL, 2022). Na segunda categoria observa-se que não há dificuldade na adoção de medidas profiláticas por parte dos profissionais, pois a equipe é consciente e colaborativa. De acordo com o estudo realizado por Rondon, Tavares e Santos (2012), a baixa adesão aos EPI's pode ser decorrente da pouca ou nenhuma experiência na sua utilização e/ou manipulação de materiais durante e após os atendimentos, principalmente em casos de emergência, onde os trabalhadores da saúde declararam não dispor de tempo o suficiente para realizar o seu uso de forma apropriada como é preconizado pelas normas de biossegurança. Sendo assim, observamos nas falas que a utilização da educação na saúde para capacitar os profissionais resultou em conscientização para o uso da máscara e das proteções para não adquirir doença, além disso do controle rigoroso por parte da gestão para que se use EPI's. No entanto, sabe-se que as dificuldades encontradas pelos profissionais da saúde e vários outros fatores estão associados aos riscos se envolverem em AT, dentre eles: a autoconfiança, não adoção de medidas de proteção seja por falta de material e/ou adaptação, falta de EPI's, entre outros (CALISTO, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo conseguiu alcançar o objetivo ao qual foi proposto, pois possibilitou descrever as medidas profiláticas que são adotadas na Atenção Básica (AB) para promover a proteção dos trabalhadores da saúde, assim como, discutir e analisar a adoção das medidas de proteção contra doenças infecciosas pelos trabalhadores da AB, evidenciando-se a importância e necessidade de realizar novos estudos que abordem o tema. No que diz respeito à adoção de medidas profiláticas, os trabalhadores da saúde da AB relataram que utilizam os EPI's e adotam práticas seguras em seu ambiente de

trabalho, além da vacinação e, o receio de contrair uma doença, muitas vezes grave e que pode levar ao óbito, faz com que as pessoas tenham medo e adotem as medidas profiláticas. A dificuldade é a adaptação ao uso diário e constante dos EPI's e muitos profissionais possuem pouco e/ou nenhum conhecimento acerca das precauções padrão. Nesta perspectiva, conclui-se a importância da educação na saúde nas unidades ao oferecer capacitações para que os profissionais aprendam a identificar os riscos em que estão expostos e, conseqüentemente, evitar o adoecimento e/ou agravos à saúde relacionados a doenças infecciosas, bem como, a relevância em abranger o estudo para mais unidades da AB.

REFERÊNCIAS

- BRANCH-ELLIMAN, W. *et al.* Using the Pillars of Infection Prevention to Build an Effective Program for Reducing the Transmission of Emerging and Reemerging Infections. **Curr Environ Health Rep**, v. 2, n. 3, p. 226-235, 2015.
- BRASIL. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Dispõe sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília: DF, n. 12, p. 59, 13 jun. 2013.
- BRASIL. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília: DF, n. 98, p. 44-46, 24 mai. 2016.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. Secretaria do Trabalho. Subsecretaria de Inspeção do Trabalho. Coordenação-Geral de Segurança e Saúde no Trabalho. Comissão Tripartite Paritária Permanente. Normas Regulamentadoras. Norma Regulamentadora no. 32 (NR-32). NR-32 - Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde. **Diário Oficial da União**: Brasília: DF, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/normas-regulamentadoras/nr-32-atualizada-2022.pdf>.
- CALISTO, G. C. O. **Adesão as medidas preventivas de acidentes com materiais biológicos para trabalhadores de enfermagem atuantes na Atenção Básica à Saúde**. 2014. 45f. Monografia (Especialização em Atenção Básica em Saúde da Família) - Núcleo de Educação em Saúde Coletiva, Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Minas Gerais, Campos Gerais, 2014. Disponível em: <https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/9627/1/GLEIBSON-CARLOS-OLIVEIRA-CALISTO.pdf>.
- MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2013.
- RODRIGUES, L. M. C. *et al.* Riscos ocupacionais: percepção de profissionais de enfermagem da Estratégia de Saúde da Família de João Pessoa - PB. **RBCS - Revista Brasileira de Ciências da Saúde**, João Pessoa, v. 16, n. 3, p. 325-32, 2012.
- RONDON, E. C.; TAVARES, M. S.; SANTOS, W. L. Fatores dificultadores e facilitadores que os profissionais de enfermagem enfrentam relacionados ao uso de EPI's. **Revista Gestão & Saúde**, Brasília, v. 3, n. 3, p. 767-82, 2012.